

Permanecer bárbaro de Louisa Yousfi: insurgências contra a domesticação civilizatória

Morgane Reina¹

PUBLICADO na França em 2022, *Rester barbare* (La Fabrique) é o primeiro livro da jornalista e ensaísta Louisa Yousfi. Em 2025, a obra ganha edição brasileira sob o título *Permanecer bárbaro: não brancos contra o império*, publicada pela Autonomia Literária em parceria com a GLAC Edições. Desde suas primeiras páginas, Yousfi propõe um gesto de inversão semântica e política: reapropriar-se da palavra “bárbaro” – historicamente utilizado para designar alteridade negativa, associada à incivilidade e à violência – para transformá-la em posição afirmativa de enunciação insurgente, capaz de recusar a promessa de integração. O que poderia soar como provocação retórica adquire, no livro, densidade de manifesto: permanecer bárbaro é, sobretudo, resistir à tentação de pacificação e ao ideal republicano que exige domesticação das subjetividades não brancas.

A referência central é a de Kateb Yacine (1966), escritor argelino que afirmava ser necessário conservar uma “espécie de barbárie” para enfrentar a assimilação cultural. Yousfi retoma essa provocação e a reinscreve na França contemporânea, marcada por um antirracismo institucionalizado que defende a integração como horizonte de convivência. O alvo da crítica não é apenas o racismo aberto ou explícito, mas também a ideologia integracionista que, ao prometer inclusão, impõe renúncia cultural e constante prova de respeitabilidade. A gramática da integração é, em sua perspectiva, menos uma política de igualdade e mais um

dispositivo de domesticação, que apazigua conflitos e silencia experiências.

O livro articula, de forma ousada, referências literárias e musicais para sustentar essa crítica. Figuras literárias como Aimé Césaire e Chester Himes (especialmente sua obra *La Fin d'un primitif* de 1956) aparecem lado a lado com letras de *rappers* como Booba, Médine e PNL. Essa escolha não é apenas estética: ao mobilizar o *rap* francês como fonte de pensamento, Yousfi desloca o cânone e reafirma a legitimidade de expressões culturais populares como arquivo teórico da diáspora. Em um momento em que o *rap* ocupa lugar central na juventude periférica francesa, tratá-lo como consciência histórica é reconhecer sua função política de memória, denúncia e formação de imaginários. A aposta parece arriscada e, por isso mesmo, torna-se pertinente: aquilo que poderia ser visto como cultura de massa torna-se, em sua leitura, teoria viva da barbárie.

Essa perspectiva, entretanto, gerou reações. Parte da recepção crítica francesa celebrou o livro como “pequeno e percutante”, um ensaio capaz de inverter estigmas e devolver força ao que fora historicamente desqualificado. Outros leitores destacaram passagens desconfortáveis, como a referência aos atentados de 11 de setembro, interpretada como relativização da violência. Tais incômodos, porém, integram a própria estratégia de Yousfi: ao insistir em permanecer bárbara, a autora assume o risco de dizer o indizível, expondo tensões e recusando

do consensos. É precisamente essa recusa da conciliação que confere ao livro uma potência política.

A tradução brasileira amplia esse gesto, situando-o no quadro das chamadas “ilusões civilizatórias” que marcam a história nacional. No Brasil, não foi o mito da integração republicana que predominou, mas, sim, a narrativa da mestiçagem e da democracia racial. Tal como a integração francesa, essa narrativa prometeu inclusão, mas ao custo da neutralização das diferenças e da negação do racismo estrutural. Nesse sentido, o livro chega em um momento oportuno, quando intelectuais e movimentos sociais brasileiros recolocam em pauta a necessidade de pensar criticamente as promessas de convivência pacífica.

O argumento de Yousfi dialoga de modo fecundo com a perspectiva crítica de autores brasileiros, como Cidinha da Silva (2013; 2019). Embora oriundas de processos históricos distintos, ambas as autoras convergem na denúncia dos mecanismos de apagamento cultural e racial que sustentam projetos nacionais de integração. Se na França a integração aparece como promessa de pertencimento mediado pela república, no Brasil a mestiçagem foi mobilizada como retórica de superação do conflito e de negação das desigualdades. Silva, contudo, propõe uma inflexão importante: em vez de pensar exclusivamente a partir das margens, reivindica a centralidade das experiências negras na constituição do Brasil, deslocando o olhar da condição periférica para um lugar fundante. Esse contraste enriquece a leitura de *Permanecer bárbaro*: ao mesmo tempo em que ilumina especificidades, reforça a dimensão transnacional da crítica. De fato, permite perceber como diferentes narrativas

civilizatórias, ainda que enraizadas em contextos diversos, convergem em seus efeitos disciplinadores – pois ambos os modelos, a seu modo, exigem autopoliciamento e domesticação dos sujeitos racializados – ao mesmo tempo em que abrem espaço para imaginar formas alternativas de pertencimento.¹

Além do mais, a contribuição de *Permanecer bárbaro* não se restringe ao contexto francês contemporâneo. O ensaio inscreve-se em debates decoloniais mais amplos e antigos, aproximando-se de Édouard Glissant (1990) e sua defesa do “direito à opacidade”. Tal direito consiste em afirmar que a diferença não precisa ser transparente, traduzível ou integrável para ter legitimidade.² Nesse sentido, Yousfi oferece chaves de leitura que dialogam com disputas tidas no contexto brasileiro: até que ponto as políticas de diversidade não reproduzem, em nome da inclusão, mecanismos sutis de silenciamento? Até que ponto a busca pelo consenso democrático não implica perda de mundos possíveis?

A forma-manifesto do livro cobra um preço. Ao privilegiar o gesto de recusa, Yousfi não explora as ambiguidades e contradições cotidianas de políticas públicas em áreas como educação, saúde e assistência, onde a integração é, muitas vezes, objeto de disputa concreta. Essa ausência pode ser lida como limite do ensaio, que não pretende oferecer análise empírica detalhada, mas deslocamento conceitual. A força de *Permanecer bárbaro* está em abrir espaço para pensar desde a fricção, e não desde a pacificação. É um livro que convida a imaginar mundos múltiplos, não subsumidos ao ideal civilizatório único, e por isso mesmo útil ao debate acadêmico e político brasileiro.

Sua circulação internacional reforça esse caráter provocativo. Da edição francesa às traduções alemã, catalã, espanhola, inglesa, italiana, holandesa, portuguesa e agora à versão brasileira, o livro estabelece pontes entre diferentes contextos de racialização e contestação. Ao fazê-lo, oferece não apenas uma denúncia da integração assimilacionista como mito francês, mas também um vocabulário para refletir sobre narrativas de inclusão em outros espaços. Em um momento em que democracias liberais enfrentam desafios de pluralismo e desigualdade, *Permanecer bárbaro* lembra que nem toda convivência democrática começa pela domesticação da diferença.

Em suma, o ensaio de Louisa Yousfi constitui-se numa intervenção intelectual vigorosa e incômoda. Seu mérito não está em fornecer respostas acabadas, mas em produzir deslocamentos: da integração para a opacidade, da civilização para a barbárie, do consenso para o dissenso. Ao leitor e à leitora brasileiros, o livro oferece não apenas um olhar sobre a França pós-colonial, mas também um espelho para repensar as promessas de inclusão do Brasil. *Permanecer bárbaro*, nesse contexto, é um convite a pensar a democracia não como domesticação da diferença, mas como convivência fundada em sua irredutibilidade.

Notas

1 O diálogo entre as duas autoras permite evidenciar convergências críticas em torno dos dispositivos nacionais de integração que operam pelo apagamento das hierarquias raciais e culturais. Esse ponto ganha densidade ao ser formulado a partir da experiência vivida da racialização: tanto a universalidade republicana francesa quanto a ideologia brasileira da

mestiçagem são interrogadas como regimes de visibilidade que exigem, em teor e grau distintos, a neutralização do conflito racial para autorizar o pertencimento. Enquanto Yousfi enfatiza a violência simbólica da injunção à integração – que pressupõe a renúncia à memória colonial e à raiva legítima –, Cidinha da Silva desloca a crítica ao afirmar que o Brasil não pode ser pensado sem a centralidade histórica, política e afetiva das experiências negras. Trata-se, em ambos os casos, de recusar a promessa pacificadora da integração e de reinscrever o conflito como dimensão constitutiva da vida social e da imaginação política.

2 Segundo Clément Mbom (2005, p.248-9), a opacidade mantém seu sentido etimológico de “sombra espessa” ao mesmo tempo que um estatuto epistemológico: ela designa o direito de cada sujeito e cultura à sua “espessura psicocultural” irredutível, não plenamente inteligível ao outro. Nesse quadro, “compreender” o outro – no sentido de apreendê-lo ou assimilá-lo – torna-se problemático, pois pressupõe transparência e apropriação. A opacidade, longe de indicar obscuridade conceitual, funciona como princípio crítico contra as pretensões universalistas do saber ocidental e suas heranças coloniais.

Referências

GLISSANT, É. *Poétique de la relation*. Paris: Gallimard, 1990.

HIMES, C. *La Fin d'un primitif*. Paris: Gallimard, 1956.

MBOM, C. Édouard Glissant, de l'opacité à la relation. In: CHEVRIER, J. *Poétiques d'Edouard Glissant*. Paris: Sorbonne Université Presses, 2005. p.245-54.

SILVA, C. da. *Racismo no Brasil e afetos correlatos*. Porto Alegre: Conversê Edições, 2013.

_____. *Exuzilhar*. São Paulo: Pallas, 2019.

YACINE, K. *Le Polygine étoilé*. Paris: Seuil, 1966.

YOUSFI, L. *Rester barbare*. Paris: La Fabrique, 2022.

_____. *Permanecer bárbaro: não brancos contra o império*. São Paulo: Autonomia Literária; GLAC Edições, 2025.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Morgane Reina é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutoranda em Antropologia Social pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

@ – reinamorgane@gmail.com /
<https://orcid.org/0000-0001-7424-6909>.

Recebido em 9.9.2025 e aceito em 18.12.2025.

¹ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, Brasil.